

De verbos e do uso do poder

NO dicionário, pelo menos, a expressão “aliciar” guarda o sentido até certo ponto amoroso, sensual. Ensina o mestre Aurélio Buarque de Holanda que a expressão quer dizer, em primeiro lugar “atrair a si”. Só depois ele significa “peitear”, “subornar”, sinônimos que lhe retiram qualquer traço de bons princípios. É de se supor que o verbo tenha sido introduzido no processo sucessório brasileiro pela porta do fundo de sua tradução. Caso contrário, o Sr. Paulo Maluf não veria motivo para rebater a acusação de seus adversários de que alicia votos para ganhar a Presidência da República. Tampouco os apontaria como aliciadores eméritos de apoios dentro do PDS.

Cuidadoso com as palavras, o Sr. Tancredo Neves preferiu imputar aos Ministros Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, e Murilo Badaró, da Indústria e do Comércio, “um comportamento mais do que faccioso, verdadeiramente afrontoso” no esforço de ajudarem a eleger o candidato do PDS. Só de passagem referiu-se “ao trabalho de aliciamento quase pessoal” desenvolvido pelo Sr. Abi-Ackel. Como lance político, a iniciativa produziu efeitos imediatos — obrigou os dois ministros a desmentirem que estejam colocando suas respectivas máquinas administrativas a serviço do Sr. Maluf. O Sr. Badaró ditou sua resposta de Londres, onde se encontra desde o final da semana passada.

O que deseja o candidato da Oposição é inibir a atuação dos dois únicos ministros que, verdadeiramente, estão empenhados em fazer do Sr. Maluf o sucessor do Presidente Figueiredo — e, de quebra, alimentar a paralisia dos demais, que se mantêm ao largo do curso da sucessão. O Sr. Tancredo Neves jogou certo mais uma vez, reconhece o próprio Ministro da Justiça — que, nem por isso, deixará de fazer política 24 horas por dia em favor do candidato do PDS. O Sr. Abi-Ackel admite que o Governo ajuda pouco o Sr. Maluf e que parece constrangido de usar politicamente o extraordinário poder de que dispõe. Defende a libertação dos constrangimentos, sem que isso signifique a rendição a métodos ilícitos.

Recorre o Ministro ao exemplo do Governo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que passou para a história como o mais democrático de quantos teve o país neste século. Nomeações e demissões de funcionários, realização de obras públicas, nada se fazia nos estados e municípios sem que fossem consultados, antes, os políticos que emprestavam sustentação ao Governo. Os adversários que não cediam e não mudavam de lado, simplesmente eram tratados como tais — alguns de maneira até dura. Os Srs. Carlos Lacerda e Amaral Neto, por exemplo, foram proibidos de estrelar qualquer programa de televisão enquanto durou o Governo de JK. As emissoras receberam orientação não escrita nesse sentido.

O exercício político do poder explica, segundo o Ministro da Justiça, as mais de 2.400 demissões autorizadas pelo Sr. Tancredo Neves depois de sua posse no Governo de Minas Gerais. “O Tancredo bateu duro em todos nós, é só consultar os deputados estaduais do PDS mineiro”, assegura o Sr. Abi-Ackel. Ele preferiu, à época das demissões, proceder como recomendava o sábio Benedito Valadares: não fazer muito alarde para não estabelecer o pânico. O Ministro da Justiça crê que o Governo Figueiredo será lembrado pela obra que esculpiu, de consolidação do processo de abertura política. Falta, contudo, como arremate da obra, a eleição do candidato do PDS.

Porque se sente solidário com o Presidente da República é que o Ministro diz estar ocupado com a eleição do Sr. Maluf — e não compreende como outros ministros não adotem a mesma linha de comportamento. Estranha o Sr. Abi-Ackel que o Governo, responsável pela extinção da antiga Arena, não se sinta inteiramente responsável pela sorte do PDS que criou e que pode, agora, contribuir para a travessia segura entre um regime que se esgota e outro que terá início. De sua parte, confessa que está no jogo para ganhar ou perder — imagina que ganhará. Se perder, fará oposição ao Governo Tancredo Neves e prepara-se, desde já, para disputar o governo do seu estado.

Fechado

No último domingo, em encontro mantido sob reserva, o Governador Luiz de Gonzaga Motta, do Ceará, e seu Vice, o Sr. Adauto Bezerra, fecharam o acordo político que dará ao Sr. Tancredo Neves 17 votos do PDS cearense. O acordo se projetará nas eleições de 1986 e, por isso, o Sr. Gonzaga Motta promoverá uma reformulação parcial nos quadros do seu Governo. O Prefeito de Fortaleza, César Cals Neto, perderá o cargo. A propósito do Governador do Ceará, ele está escrevendo um livro que pretende lançar ao término do seu mandato. Título: “O sofrimento de um liberal”.